



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (____ª)

PERGUNTA Número 3381 / x (4ª)

Expeça-se

Publique-se

22 / 07 / 2009

O Secretário da Mesa

Assunto: **Futuro da Torre de Sinalização e Manobra da Estação Ferroviária de Pinhal Novo**

Destinatário: **Ministério da Cultura**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Apesar dos vários anos de acção por parte das autarquias, das populações, dos movimentos culturais, permanece a incerteza sobre o futuro da torre de sinalização e manobra ferroviária do Pinhal Novo. Trata-se de um importante imóvel que marca a identidade e a história daquele pólo ferroviário, assim definido na informação disponibilizada na Internet pelo ex-IPPAR:

«Projectada pelo arquitecto José Cottinelli Telmo em 1936, a torre de sinalização de caminhos-de-ferro do Pinhal Novo foi construída em escassos dois anos, inaugurando-se em Outubro de 1938. Apesar de o projecto ter sido pedido a um arquitecto exterior à Companhia dos Caminhos-de-ferro Portugueses, toda a construção processou-se dentro da empresa, através da Divisão de Vias e Obras da CP, facto que ajuda a compreender a rapidez da empreitada.

A volumetria da torre, bem como o aspecto, em certa medida, vanguardista, contrasta com a tradicional arquitectura dos caminhos-de-ferro, caracterizada pelas muitas estações de edifícios eivados de "portuguesismo". A intenção foi, claramente, a de marcar uma ruptura para com esse tipo de arquitectura, impondo-se um elemento verticalizante e modernista, porque conjuga harmoniosamente a estrutura de betão e ferro com grandes superfícies de vidro.

Durante décadas, a torre controlou o tráfego neste importante ponto das vias-férreas da Península de Setúbal, mas nos últimos anos intensificou-se a possibilidade de demolição. Com o apoio da Ordem dos Arquitectos, gerou-se um movimento local de protecção do imóvel, o que conduziu à sua preservação e posterior classificação como Imóvel de Interesse Municipal pela autarquia palmelense. No futuro, pensa-se poder mesmo transformá-la num pequeno núcleo museológico.

Numa vila nova, em que notoriamente escasseiam os elementos de identidade local por via patrimonial, a torre de sinalização desempenha na perfeição esse papel, pois é conhecida a ancestral ligação da actual cidade à sua estação de caminho de ferro, no fundo, o pólo dinamizador de toda a dinâmica populacional hoje vivida.»

Conforme foi recentemente mencionado pela imprensa, a classificação da Torre como Imóvel de Interesse Público é um desejo antigo da população local, que há anos luta pela manutenção de uma das mais emblemáticas peças de arquitectura ferroviária, projectada pelo arquitecto Cottinelli Telmo na década de 1930.

No entanto, a citada informação na Internet dá conta do Despacho de 25.05.2009 do Director do IGESPAR, I.P. que revoga o despacho de abertura – o qual resultou, ao tempo, da iniciativa do Município de Palmela. Em 2002, a população e as autarquias locais conseguiram reunir apoios (entre os quais o da Ordem dos Arquitectos) e criaram um movimento para impedir que a demolição da torre de sinalização e manobra ferroviária, como era pretensão da REFER. A Câmara de Palmela, por seu turno, classificou-a como imóvel de interesse municipal.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Ministério da Cultura os seguintes esclarecimentos:

1. Que medidas foram e/ou serão adoptadas pelo Governo para garantir de forma inequívoca que a Torre de Sinalização e Manobra da Estação Ferroviária de Pinhal Novo será preservada?
2. Qual a resposta do Governo em relação à proposta defendida pelas autarquias e populações no sentido da musealização da Torre e da valorização e promoção em geral do património histórico associado aos caminhos-de-ferro no Pinhal Novo e na Região?
3. Que justificações estão na base do Despacho de 25.05.2009 do Director do IGESPAR, que inviabilizou a classificação deste imóvel?

Palácio de S. Bento, 22 de Julho de 2009

Os Deputados:

Bruno Dias

Francisco Lopes